

DA DIGNIDADE DA ESPOSA DE LÓ QUE OUSOU OLHAR PARA TRÁS – INVENÇÕES, FABULAÇÕES OU QUANDO A HISTÓRIA RESOLVE OLHAR PARA O HORIZONTE

Francisco Denis Melo¹

Resumo

Este artigo busca discutir a “crise historiográfica” e seus desdobramentos, os “cansaços de Clio”, as mudanças epistemológicas produzidas de forma avassaladora pelo Pós-Modernismo; a ênfase atribuída a narrativa histórica, as relações entre a escrita histórica e a escrita literária, na confluência dos abalos produzidos pela virada lingüística. Para as nossas reflexões utilizaremos três importantes historiadores, sendo o filósofo e historiador Paul Ricoeur, o historiador espanhol Julio Aróstegui e Durval Muniz de Albuquerque Júnior, importante historiador brasileiro.

Palavras-chave: História; Crise e Invenção.

ABSTRATAT

The article to discuss the “crisis historiografy”, and his ramifications, “weariness of Clio”, the changes epistemology produced in the form overwehelling for powdermodernis; the emphasis assigned narrative historica writer hsitorica an literary writing, in the confluence on the shocks produced by the turning linguistic. For ou reflections we will use thre importants historians, like, the philosopher historian Paul Ricoeur, the Spanish historian Julio Aróstegui and Durval Muniz de Albuquerque Junior important historian brazilian.

Keywords: History, crisis and invention.

“O sentimento oposto, o bem-estar que a árvore extrai das suas raízes, a felicidade de saber que não se é totalmente arbitrário e fortuito, mas que se teve origem num passado do qual se é o herdeiro, a flor e o fruto, e que se está, portanto perdoado, ou seja, justificado por existir – é isto o que se designa hoje como sendo o verdadeiro sentido histórico.”

“É, portanto possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem qualquer lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível viver sem esquecimento”

Friedrich Nietzsche, II Consideração Intempestiva.

Entre tantas crises, descontinuidades, modelos e retornos, Modernidade, Neo-Modernidade ou Pós-Modernidade, a História, no entanto, para citar Thompson, nunca deixou de tentar buscar a sua “realidade ambígua e ambivalente”, analisar suas arestas, desafios e sentidos, para que a “história dos homens”, expressão cara a Fontana, fosse a busca sempre renovada pela “singularidade dos atos humanos”, suas paixões, medos e incertezas, na possibilidade de que pudéssemos dizer que a trama histórica é um exercício de produção de conhecimento cuja dimensão do fazer histórico deve obedecer as perspectivas da criação imaginativa e da poetização de sentidos. Mas sem querer controlar o “voo”, o historiador exerce um *metier* que o prende de certo modo a métodos e teorias, mas que não devem torná-lo refém de modelos ou paradigmas, “escolas” ou métodos.

Nesse sentido podemos abrir espaço para a epistemologia e perguntar quem tem medo da invenção? Quem tem medo da narração? Quem tem medo da imaginação? Quem tem medo dessa “louca da casa”? Quem tem medo do esquecimento? A história é filha da razão tão somente? “O dedo acusador grego” a nos apontar na cara que fora da razão não há saída, como sugere Albuquerque Júnior², é a nossa Pedra de Sísifo? Seria a nossa pedra de tropeço historiográfico?

A história nos dá que direitos? Da construção de sentidos a partir das possibilidades do discurso historiográfico, no âmago de nossas fontes e documentos, temos o direito ao “prazer da história”, ao prazer da escrita? Ao uso das “belas palavras” sem medo da pedra atirada em nosso “telhado de vidro”(?), ou teremos que arrastar as pesadas correntes do texto objetivo, sem mácula, bem arrumado, conformado entre o texto que demonstra e a razão que explica? Ou seria melhor falar em lacunas, vácuos, imprevistos, incompletudes, espaços inacessíveis comuns ao

próprio fazer historiográfico? Poderíamos nos perguntar grosso modo até onde vai o conhecimento histórico?

Melhor seria para os historiadores competentes “baixar a guarda” e imaginar um pouco mais? Devemos assim “abrir possibilidades de dúvidas para as pessoas”, “rachando a história” como queria Deleuze? Desde quando a história é a campeã da certeza e a guardiã do tato? Quer dizer, será que tudo o que a história toca vira “a” verdade?!

Repensar o ofício historiográfico ao longo do tempo tem sido um exercício fundamental de legitimação da própria disciplina. Repensar a história, buscar as raízes de suas “crises”, o fundamento de suas inconstâncias tem ensinado aos historiadores o caminho ainda que tormentoso da reflexão sobre teoria e metodologia, questões nem sempre bem “pensadas” pelos historiadores mais convencidos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a crise da historiografia e as suas perspectivas na virada do século³, quando refletiremos sobre a epistemologia do conhecimento histórico⁴; a memória, a história e o esquecimento, no afã do entendimento da escrita da história e sua relação com o *pharmakon* grego, entendido enquanto sinônimo de remédio e/ou veneno, logo, estabelecendo um diálogo mais relacional entre o sentido da escrita da história enquanto “doença” ou “cura”; bem como reflexões sobre a história como a arte de inventar o passado⁵.

Procuraremos no espaço deste texto, inventariar considerações, intercambiar reflexões entre os textos, procurando a consonância e a dissonância das vozes, os deslocamentos, rupturas, continuidades. Para nós, o campo historiográfico é a seara na qual os historiadores buscam o “remédio” e a “cura” para as mais variadas indisposições de seus métodos e teorias. Nesse sentido, seria o esquecimento uma “doença”, já que vivemos num país segundo o senso comum, sabidamente sem memória? Longe de querer apontar novos caminhos, abrir novas fronteiras, a nossa intenção será a de tão somente sopesar as discussões, recolocar algumas questões e, fundamentalmente, aprendendo “cada vez mais a estudar a história para servir à vida”⁶, o que para Nietzsche equivaleria, isto sim, a buscar as razões para “a doença da história”.

Nas últimas décadas do século XX, uma palavra começou a fazer parte das discussões historiográficas, e com um peso cada vez maior: a palavra CRISE. Os paradigmas explicativos da realidade estavam em crise. Aliás, a própria concepção do que vinha a ser a realidade, sempre foi problemática, convenhamos, pois a realidade poderia ser entendida como “aquilo que aconteceu”, desejo inveterado, por exemplo, de um tipo de história metódica que deixou marcas indeléveis em nossa historiografia.

Por outro lado, realidade poderia ser também “aquilo que se desejou que acontecesse”, vontade talvez muito próxima do que projetava sobre o passado um ramo bastante difundido de uma história marxista vulgar, que tinha pretensões evidentemente “proféticas” também com relação ao que poderia se transformar, no futuro, a realidade. Ainda sobre a questão da realidade, uma vez que esse conceito expressa um dos “nós górdio” da disputa, Levi nos diz o seguinte:

Tanto Chartier, Ginzburg e eu pensamos que a realidade existe. Não é uma ficção nem uma coisa incognoscível. Nisso os três polemizamos contra Hayden White, o desconstrucionismo e todos aqueles que acham que procurar a realidade é uma ficção.⁷

O certo é que o trem saiu dos trilhos. Os vagões descarrilaram muitos objetos, certezas, verdades, sentidos, formas, normas, “escolas”, ficaram jogadas ao relento, esperando um inventário dos acontecimentos. E isso não tardou a acontecer. É o que faz Aróstegui em um dos capítulos de seu livro *A pesquisa histórica – teoria e método* (2006). Assim, desde meados do fim do século passado, se tenta juntar os pedaços, avaliar as perdas, colar os cacos. Em alguns casos, os textos que discutem a chamada “crise de paradigmas” são chatos, cansativos e repetitivos. Não é o caso das reflexões de Aróstegui, porque somos levados a refletir sobre um texto mais substancial, mais agarrado a carne das coisas.

Mas afinal de contas, o que de fato entrou em crise? O que seria a “crise estável” de que fala Giddens? Possivelmente estamos nos referindo ao esgotamento especialmente do marxismo (aquele que projetava um futuro pré-determinado), do funcionalismo e do estruturalismo. De modo que

Todos eles tinham-se caracterizado (...) por sua aposta no poder explicativo da teoria, pela continuidade, em geral, dos grandes modos de operar da ciência natural e pela superioridade dos métodos empíricos⁸.

A superioridade dos métodos empíricos foi abalada, de modo que formas teóricas de representação do mundo foram colocadas sob suspeita. Interessante refletir que hoje, talvez a partir da década de 90 do século passado, a empiria viria

novamente a dar o ar de sua graça e buscar nova legitimação. As reflexões em torno da Micro-história não congregariam uma forte perspectiva empirista?

Quando Ricoeur reflete sobre os sentidos da história enquanto “remédio ou veneno”, na esteira da relação que estabelece entre o *Pharmakon* de Platão e a escrita da história, ele também nos fala de uma “grave crise”, quando “a escrita tornar-se um perigo à memória”, na medida em que estaríamos diante de um novo suporte para a memória, que para os gregos, é importante ressaltar, é o sacrário do tempo, o receptáculo da tradição, o chão social homogeneizado daquela sociedade.

São crises e crises. A história, no entanto, respira, coloca a cabeça para fora da água e procura ver longe no horizonte... Onde está a grande diferença? Que deslocamentos foram produzidos entre uma crise e outra? Na Grécia Clássica e na sociedade europeia do final do século XX, acreditamos, o centro da crise estava nos usos e consumos da linguagem – *pharmakon*, conceito vasto e profundo para os gregos, e o *giro lingüístico* para os ocidentais numa perspectiva a princípio filosófica. Para nós, a linguagem é o epicentro dos eventos, não que tudo seja palavra, linguagem, mas tudo certamente é ensejo de palavras, fabulação do dizer e do narrar. Talvez por isso Sevecenko arrisque dizer, e sobre o que concordamos, que “o trabalho do historiador é um trabalho sobre palavras”.

Para Ricoeur, na segunda parte de seu livro *A memória, A história, o esquecimento* (2007), a História é escrita. Escrita de si e dos “outros”, diríamos. Nesse sentido, trazer à baila o mito da escrita presente no Fedro de Platão é jogar com a perspectiva de que, sendo escrita, a história configura-se num amplo projeto humano que tem na palavra transformada em representação, em referente do mundo social, a base, o solo irrigado onde o homem planta temerariamente sua rememoração e projeta seus sonhos, na medida em que, sendo “toda obra humana filha da palavra”, ainda segundo Platão, resta saber a serviço de quem e do que a palavra é assim utilizada... Poderíamos nos perguntar a serviço de quem e do que é utilizada a história como remédio ou veneno?

Como escrita, a História sendo filha da palavra escrita, que na fábula do filósofo, é *pharmakon*, resta-nos saber o que há por trás da aparente solidez (?), de sua envergadura, de sua ativa construção, pois as palavras assim como a história, não estão isentas de contradições, eis porque constantemente Ricoeur associa os “poderes” da história a perspectiva nada inocente do “aniquilamento”, da memória pela deliberada escolha da representação do mundo a partir da palavra escrita, já que *pharmakon* se traduz também como veneno e remédio. Assim, insistimos na questão, a

História escrita, sendo filha da palavra, como quer o poeta-filósofo, nos limites dos usos da memória, é remédio ou veneno?

Vale lembrar que *pharmakon* se traduz também por cosmético, ou seja, por ordem, beleza, encanto. Saindo das franjas do veneno ou do remédio, a história abre espaço assim, nessa mesma perspectiva de raciocínio, para a beleza da escrita, para o “prazer da história”, como nos referimos anteriormente, e que para Ricoeur há o prazer no reconhecimento que se dá na medida em que “apropriando-se da intriga abstrata, o receptor reencontra a si mesmo, a realidade vivida e o outro”⁹.

O *giro lingüístico* estabelece “que falar do mundo é falar e compreender melhor os termos pelos quais falamos dele”, de modo que a partir da linguagem há um “deslocamento de toda uma ampla problemática filosófica e cultural”, na medida em que a língua criaria “a realidade exterior, pois esta não pode ser captada de outra forma senão pelo sinal lingüístico”¹⁰. A consequência imediata destas premissas é que a análise da linguagem e suas significações nos levarão a análise do discurso e, evidentemente, a escrita da história. Por isso a pergunta mais do que pertinente se existirá algo que possamos chamar de “passado”, ou tudo não passaria de discurso, de “figura de linguagem”? Para Ginzburg, o passado existe, e deve ser buscado na perspectiva das possibilidades de sua verdade. A verdade para ele é possível exatamente porque existente em algum lugar do passado. Claro que a verdade – outro conceito, sabemos que esteve no centro de muitas disputas – não é um “em si”, ou seja, ela não está lá no passado, soberana, á espera de um historiador que a “resgate” do limbo. Não é isso que estamos dizendo.

Mas por que ainda refletimos incessantemente sobre os “cansaços de Clio”? Não seria mais simples entender o “passado como o terreno da experiência” em sua multiplicidade e sabedoria, para que tenhamos uma história mais “autêntica”, numa referência a Barthes? Aqui talvez haja espaço para a lição um tanto quanto objetiva (?) e dura de Jacques Revel, no prefácio a obra de Giovanni Levi *A herança imaterial*: “por que ser simples quando se pode ser complicado? (...) O papel do historiador não é ler a realidade [sempre a realidade] que estuda com os instrumentos geralmente simplificadores que recebeu(...)”. O papel do historiador é tomar o barco da esperança e navegar num oceano de incertezas, de dúvidas, de medos, de achados, margens, desníveis, incidências e recorrências. Talvez que possamos pensar que:

Nós escrevemos a História de dentro dela mesma, escrevemos a História navegando em seu leito (...). Mas a História é viagem que conecta e mistura tempos e espaços,

que interpenetra coisas e representações, realidade e discurso, razões e sentimentos, matéria e sonho, desejo e obrigação, liberdade e determinação¹¹

Albuquerque Júnior não teme as arestas e fala claramente em “arte de inventar o passado”, numa clara alusão ao debate em torno do Pós-modernismo e escrita da História, numa valorização da narrativa, ou melhor, da boa narrativa como uma das tarefas mais sublimes do historiador. Para ele invenção “ênfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de afirmar o caráter subjetivo da produção histórica”¹². Mas essa questão não se resolve pelo desejo de alguém. Há discordâncias, e muito mais do que isso, discórdias. Por isso, cita Arno Wehling em seu livro, *A invenção da história*, para quem a invenção é uma ação de descoberta, de encontro de algo até então desprezado. Se Levi, em passagem supracitada, levanta a voz, ergue a espada e brande sua “fúria” contra White, em nome do “realismo”, resta-nos perguntar por que só agora a escrita da história põe em prática avanços narrativos que já tinham sido utilizados por exemplo por grandes romancistas como Joyce ou Proust? Para nós a insustentável leveza da história reside exatamente em seu peso, ou seja, em sua envergadura muitas vezes apenas séria e onipotente. O discurso histórico é um discurso de compromisso com o homem em constante mudança numa sociedade em rápida expansão e movência. Por isso o esforço sempre renovado em discutir a história em sua perspectiva da construção de sua narrativa, de sua escritura, de sua operação historiográfica.

O que é narra, contar uma história? Ou seja, como dizer o que estamos querendo dizer?

A crise da historiografia teria sido desencadeada, entre outros motivos, pela crise de sua “identidade narrativa”? Heródoto narrava? Tucídides também? Em que a crise da modernidade e a pós-modernidade “ultrajaram” o discurso histórico? O que significou o “retorno da narrativa” explicitada por Lawrence Stone (1979)? A princípio poderíamos dizer que significou que a crise não poderia ser considerada “o lado negro da história”, como pensa Aróstegui, porque houve algo de positivo, já que fertilizou o terreno historiográfico e abriu novas frentes e desafios para os historiadores. Significou também que agora caberia

Ao historiador, profissional do presente e não do passado, como dizia Bloch, construir em suas narrativas a mediação entre os tempos e diferenciar, como queria Kant, o que é atual,

o que é próprio do nosso tempo, do que é apenas contemporâneo, o que está do nosso lado, mas vem de outros tempos, e talvez intuir, abrir a possibilidade de horizontes outros para o futuro.¹³

A narrativa histórica seria ainda o lugar de “desconstrução do rosto sério e sisudo das verdades definitivas e estabelecidas”, ainda segundo Albuquerque Júnior, porque caberia ao historiador, apesar de “sofrer da obsessão da escolha”, o riso fáustico diante das imprevisibilidades e incertezas da vida e dos ritmos da história.

Depois de tantas questões, tantas ponderações, balanços e perspectivas, o que há de novo no cenário historiográfico? Para Aróstegui a crise não significou o “enfraquecimento da produção historiográfica (...) nem um movimento de introspecção da disciplina”, mas houve isto sim, “expansão, (...) busca, ao menos, de novos campos temáticos e também de certa dispersão e fragmentação das práticas”¹⁴. Estamos diante de mudanças no sentido pleno da palavra ou há algum exagero diante das “novidades”? O certo é que há paradigmas epistemológicos substituindo outros, convivendo com outros, negando ou afirmando outros. O cipoal de sentidos impera entre vários ritmos e escolhas. Há “mudanças de orientação e articulação disciplinar” que para Aróstegui não deveriam ser consideradas enquanto tal, pois “as formas de fazer história” de certo modo foram confundidas com os “modelos de historiografia”, por isso, a crítica estranha a organização de um livro por parte de Peter Burke, que, segundo o autor, confunde deliberadamente essas questões. De modo que para Aróstegui

Uma mudança de modelo historiográfico não é necessariamente uma mudança paradigmática, mas é muito mais do que uma mudança de caráter temático. Diante do que a história da historiografia, e a dos debates historiográficos, do último decênio mostra, é muito mais realista falar do surgimento de modelos historiográficos do que da cristalização de algum novo paradigma de grande amplitude.¹⁵

Fica claro para nós, que para o autor a positividade da crise reside exatamente na capacidade da mesma em criar “novos estilos e novos modelos de entender o objeto historiográfico, mas do que de novos paradigmas”, o que significa dizer, convenhamos, que a história poderia assim escapar da “dormência epistemológica” e

fazer o favor de se tornar menos “séria”, como sugeriu Albuquerque Júnior? Mas quais seriam esses novos modelos? Que peso teriam na historiografia hoje e que deslocamentos produziram? A princípio e por princípio, não consideramos fácil responder essas questões, e até mesmo duvidamos um pouco que as respostas encontradas serão sempre as mais razoáveis possíveis.

Uma das grandes novidades foi a “volta do sujeito” à análise histórica. Forçoso é reconhecer que a *Linguistic turn*, ao enfatizar a ideia da possibilidade de que os discursos eram enunciados sem sujeito; sujeito que no fundo, no fundo, não passaria de um mero artifício construído pela “maquinaria” da língua, os discursos ganharam “voz própria” sustentados nas franjas de uma autoreferencialidade exuberante, fazendo do discurso um corpo sem alma e sem consciência de culpa ou de sonho de salvação. Outro modelo importantíssimo foi o da Micro-história e sua renovação especialmente com Levi¹⁶ da História Social, do uso da biografia, do conceito de transição, caro às discussões das mudanças ocorridas no final da Idade Média, que deram origem as discussões historiográficas sobre a passagem do Feudalismo para o Capitalismo. Outro grande sopro foi “a insistência nas dimensões culturais ou sócio-culturais de todo movimento histórico, privilegiando os significados de construção simbólica ou de representação da realidade”¹⁷. Reflexões que continuam sendo amadurecidas pela Nova História Cultural, que para Chartier “uma exploração da cultura é uma forma de perguntar pela sociedade”, o que todos os historiadores desse modelo concordam terminantemente. Diante desses modelos, de seus avanços e recuos, a história busca constantemente a sua face no espelho, querendo não mais encontrar a “beleza do morto”, ou seja, buscar o seu mito de origem como uma “ciência” capaz de dar conta da existência humana de forma totalizante e homogênea no tempo.

Haveria ainda outros modelos importantes, como a História oral, a História da Vida Cotidiana, a História dos conceitos ou História do Tempo Presente e ainda a Ciência histórica ou Sócio-estrutural.

O grande desafio de Aróstegui em seu livro é propor a construção de um arcabouço teórico disciplinar capaz de balizar a construção do conhecimento histórico e assentar sua armação num terreno firme e menos arenoso. No capítulo que estamos analisando até aqui, ele aborda questões ligadas ao método, aos instrumentos de análise da história, os ataques sofridos, as defesas, os consolos, renúncias, reinvenções e enfados de Clio.

Numa passagem já quase no final do capítulo em questão é transcrita a seguinte citação de Peter Burke (1998:3): **“É possível conhecer o passado? É**

possível dizer a verdade a cerca do “que realmente aconteceu”, ou os historiadores são, como os romancistas, criadores de ficção?”. (Grifo nosso), consideramos essa assertiva de Burke como uma das mais sintomáticas relativa a todas as mudanças, dúvidas, reconsiderações pelos quais o conhecimento histórico vem passando nos últimos tempos.

Para Veyne a história seria um “romance verdadeiro”, não que o historiador, ao escrever o seu “romance histórico” se desligasse completamente de sua perspectiva verossímil, já que as fontes imprimiriam ao trabalho historiográfico, muitas restrições, digamos assim “realistas”, de modo que não estaríamos falando de um discurso para entreter, mas essencialmente de um discurso capaz de produzir argumentação, explicação, dotação de sentidos.

Mas com Burke voltamos a perguntar: “É possível conhecer o passado?” E com Aróstegui: “Qual é realmente a “verdade da História” (a historiografia) com que a contamos nesses tempos?” Chartier nesse sentido é categórico, pois enfatiza que a busca pela verdade, ou pela aproximação máxima possível da verdade seria a pedra de toque do trabalho do historiador, ou seja, Chartier não discute a existência ou não da verdade para a história. O que ele destaca com ênfase é o fato, para ele ordinário, de que o trabalho do historiador é se aproximar o máximo possível da verdade seja ela qual for.

Quanto ao passado, ele é vestígio ou indício, e enquanto tal é ausência e ao mesmo tempo presença. É lugar do fugidio, mas, também de algumas certezas ainda que provisórias. Sendo o passado de fato provisório em suas interpretações, mas nunca enquanto acontecimento. Compreende-se que a “verdade” nascida da interpretação desse passado, também seja provisória. Por isso, torna-se importante uma reflexão sobre o sentido do *esquecimento* e da *ausência* na produção do conhecimento histórico.

Na segunda parte de sua obra *A Memória, a História, o Esquecimento*, sobre a qual algumas reflexões no âmbito deste artigo já foram feitas, Paul Ricoeur estabelece relações entre o que ele chama de memória declarativa e a prova documental. Busca assim discernir o desligamento da História em relação à Memória no plano formal do espaço e do tempo. O que vem a ser um tempo histórico e um espaço geográfico, levando-se em conta sua indissociável articulação entre o espaço habitado e o tempo histórico? São questões que ele tenta responder na urdidura de um texto denso, complexo e erudito.

Uma proposição de grande interesse para nós questiona se é possível a história renunciar a memória. E se ao fazer isso, o que restaria para a história?

Sobreviver sob os escombros dos vestígios ou rastros? Certamente que sim. Com relação à memória, Ricoeur tem algumas reservas, e mesmo igualando historiografia e memória, sua perspectiva é a de alguém que de certo modo quer “salvar” a história do “horror” do esquecimento e da sua própria provisoriedade. A história sendo uma presença que desvanece, resta-nos quem sabe, instaurar a permanência pela escrita? Nesse sentido talvez possamos entender o sentimento de “horror” que tomou conta do texto de Platão quando da construção de seu mito da palavra escrita.

Outra questão importante ainda sobre as condições narrativas da história nos conduz para o que Chartier chama de “configuração narrativa” e que tem sido, como já frisamos, uma das tônicas das atuais discussões historiográficas. Sobre esse ponto Paul Veyne é muito claro, pois não entende a história a não ser na condição de um saber narrativo, questão sobre a qual Ricoeur também concorda, apesar de se afastar um pouco de Veyne com relação ao sentido do tempo, ou seja, de uma “encenação em forma de intriga [que] é em si mesma compreensão”. Com relação a isso, só precisamos um pouco mais de cautela, já que a linguagem tem uma dimensão de opacidade que não podemos desprezar, ou seja, ela tanto pode “obscurecer quanto aclarar os objetos que pretende significar”, de modo que mesmo reconhecendo a importância da dimensão narrativa da história, precisamos atentar para o fato de que a narração não é a história em si, ou seja, como refletiu de Decca, “é a exigência documental que funda o acontecimento e não o contrário, isto é, a sua narrativa”.

Sobre essas possibilidades, assim se expressa Albuquerque Júnior:

O retorno da preocupação dos historiadores com a questão da narrativa, da escrita da História, de como esta participa da própria elaboração do fato, tanto quanto a recepção do texto, vai levando a essa ênfase na dimensão ficcional, poética, ou seja, inventiva do discurso do historiador. A história passa a se questionar como discurso, sobre como se dá a produção de sentido neste campo.¹⁸

Mesmo reconhecendo a pertinência das palavras de Decca, da exigência documental como fundamento da pesquisa, a história narrativa tem como elemento básico, talvez, a quebra da ingenuidade, como sustenta ainda Albuquerque Júnior, de que a “linguagem apenas espelha os objetos da experiência”. Ao narrar, o historiador conta, e enquanto tal arma uma intriga, que de maneira nenhuma estará isenta de contradições, enganos, incertezas e limites.

O certo é que, o historiador não assinou contrato nenhum com a verdade. O seu compromisso ético é com a interpretação, com a explicação, e nesse aspecto a história narrativa tem dado uma grande contribuição para o debate, ainda que atualmente os historiadores se digam cansados dessa temática.

Com Nietzsche e a esposa de Ló, gostaríamos de terminar as nossas reflexões. Para Nietzsche, em sua *II Consideração Intempestiva*, é “possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem qualquer lembrança (...) mas é absolutamente impossível viver sem esquecimento”. Está claro para nós que há certa distância entre a História e a Memória, a memória não seria simplesmente a história, como advoga Jacques Le Goff, e que em alguns casos há inclusive desavenças entre uma e outra, sem contar as situações traumáticas que deixam marcas profundas na memória e que de certo modo “instituem” quase que um novo status para a mesma, caso dos sobreviventes do Holocausto, e todas as discussões inerentes às suas memórias. Por isso, é possível até viver sem lembrança, mas viver sem esquecimento é praticamente impossível. Portanto, falar de Memória “individual”, ou coletiva, dado importantíssimo para a história, requer, atualmente, por parte dos historiadores, que eles falem também sobre o esquecimento.

Sobre a esposa de Ló, todo mundo conhece sua história e seu destino. Jeová tendo condenado uma cidade pecaminosa, decidiu salvar a família de um homem justo – a família de Ló – mas deliberou que ao saírem da cidade não poderiam olhar para trás. A sua esposa olhou para trás e foi transformada numa pedra de sal...

Gostaríamos de restituir a dignidade dessa mulher que passou para a história como uma pessoa desobediente e, conseqüentemente, praticamente igual a todos os outros moradores de Sodoma que foram destruídos por Jeová. A dignidade dela está exatamente na capacidade e na coragem de, apesar de tantas censuras e ordens, olhar para trás... De relativizar a distância que, muitas vezes, separa a regra e a vida. De espreitar a vista até onde fosse possível para sentir e ver o que realmente estava acontecendo no momento em que ela e sua família deixavam a cidade. Olhar para trás... Não é isso que a História vem fazendo ao longo do tempo? Olhando para trás, para as suas certezas e incertezas, medos, arrependimentos, arrebatos e encantamentos? A mulher que olhou para trás e foi transformada em sal, teve no gesto da cabeça virada para trás, o gesto semelhante ao prisioneiro do Mito da Caverna de Platão, que tendo fugido das amarras daquele lugar, num gesto de cabeça simples e emblemático, conseguiu separar a realidade da ficção, a essência da aparência... Talvez possamos dizer que a dignidade da História reside precisamente em sua capacidade de “olhar para trás”, divisar novos horizontes e de sopesar a sua

própria construção. Mesmo que reconheçamos que todo processo de visão é marcado também por um processo de di-visão, isso só reforça o pressuposto de que a História, ao repensar as suas práticas, a sua escrita, teorias e metodologias, ela está se legitimando cada vez mais enquanto uma “ciência social”, que busca a partir da reflexão, entendimento e explicação de indícios de comportamento, localizar os homens em seu tempo, espaço, memória, imaginação e representação. Parece muito? Mas não é, uma vez que a História é conhecimento do tamanho do homem em mudança, conformação e contradição.

NOTAS

¹ Aluno do Doutorado da UFPE - 2009, na linha de pesquisa Cultura e Memória. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP-Ce

² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A hora da Estrela. História e Literatura, uma questão de gênero?* In: *A arte de inventar o passado*. Bauru. SP. EDUSC, 2007. p. 43-52

³ ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica. Teoria e Método*. Bauru.SP. EDUSC, 2006. Do livro de Aróstegui discutiremos mais detidamente o capítulo 3: A crise da historiografia e as perspectivas na virada do século.

⁴ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas. SP. Editora da Unicamp, 2007. Discutiremos a segunda parte da obra intitulada: A fase documental: a memória arquivada.

⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História, a arte de inventar o passado*. Bauru. SP: EDUSC, 2007. Discutiremos especialmente a introdução do livro, espaço em que o autor expõe detalhadamente as suas reflexões sobre história enquanto um campo de fabulações e invenções.

⁶ NIETZSCHE, Friedrich. *II Considerações intempestivas sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*. In: *Escritos sobre a história*. Rio de Janeiro: Loyola, 2005, p. 81

⁷ Levi, Giovanni citado por DOESWIJK, Andréas L. Resenha. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 6. p. 189-195, 2002

⁸ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica. Teoria e método*. Bauru.SP. EDUSC, 2006. p. 175

⁹ REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 139

¹⁰ ARÓSTEGUI, Julio. Op. Cit. P. 184

¹¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História. Arte de inventar o passado..* Bauru. SP: EDUSC, 2007. p. 29-30

¹² Idem, p. 20

¹³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Ci. P. 33

¹⁴ ARÓSTEGUI, Julio. Op. Cit. P. 86

¹⁵ ARÓSTEGUI, Julio. Op. Cit. P. 210

¹⁶ Especialmente no clássico *A herança imaterial* Levi propõe na perspectiva da micro-história uma sutil renovação da História Social, ao mesmo tempo em que coloca sob suspeita a idéia de que com a construção do Estado Moderno, houve um desolamento, digamos assim, das pequenas comunidades, o que de fato não aconteceu, pois a partir do exemplo de Santena, pequena comunidade do Piemonte (Itália), ele analisa com acuidade as relações que se estabeleceram entre centro e periferia, ou seja, que mesmo com os tentáculos do Estado Moderno avançando, espaços de autonomia e de negociação foram abertos na pequenas comunidades locais.

¹⁷ ARÓSTEGUI, Julio. Op. Cit. P. 211

¹⁸ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op. Cit. P. 20-21